



CÂMARA DOS DEPUTADOS

REQUERIMENTO N° DE 2023

Requer a realização de reuniões técnicas de trabalho para debater a repactuação do acordo judicial referente ao rompimento da barragem do Fundão, ocorrido no município de Mariana, que impactou toda bacia hidrográfica do Rio Doce, nos Estados de Minas Gerais e Espírito Santo.

Senhor Presidente,

Requeiro a Vossa Excelência, nos termos regimentais, a realização, por esta Comissão Externa, de reuniões técnicas de trabalho com o Governo Federal, Governos Estaduais, Instituições de Justiça, entidades sociais, públicas e privadas para debater a repactuação do acordo judicial referente ao rompimento da barragem do Fundão, ocorrido no município de Mariana, que impactou toda bacia hidrográfica do Rio Doce, nos Estados de Minas Gerais e Espírito Santo.

JUSTIFICAÇÃO

O rompimento da barragem de Fundão, da Samarco Mineração, ocorrido em 5/11/2015 na Mina de Germano, em Mariana/MG, deixou 19 mortos e provocou imenso impacto econômico, social e ambiental no vale do rio Doce, nos Estados de Minas Gerais e Espírito Santo. Esta tragédia é considerada o maior desastre ambiental do Brasil.

O acordo judicial realizado com mineradora Samarco em 2016 previu a instituição da Fundação Renova com objetivo de promover medidas reparatórias e compensatórias, socioambientais e socioeconômicas. Todavia, considerando a lentidão na adoção dessas medidas, a insatisfação social e os desdobramentos judiciais após o rompimento da barragem em Brumadinho, está em curso um intenso processo de negociação para repactuação judicial do acordo.





CÂMARA DOS DEPUTADOS

Na legislatura passada (56^a – 2019/2022) funcionou nesta Casa a Comissão Externa do Rompimento da Barragem do Fundão (CexBarra), instalada em 7/12/2021 e com relatório final aprovado em 8/6/2022, consolidando sugestões importantes em 56 eixos norteadores, bem como efetuadas 84 recomendações gerais para as diversas instituições públicas envolvidas na repactuação.

Com intuito de continuar contribuindo para dar maior transparência à repactuação do acordo, buscando consenso entre as partes envolvidas e assegurando que os atingidos sejam reconhecidos, requeiro a realização de reuniões técnicas de trabalho para debater a repactuação do acordo judicial referente ao rompimento da barragem do Fundão.

Sala da Comissão, em de fevereiro de 2023.

Rogério Correia
Deputado Feral
PT/MG

